

CIBEC/INEP



B0029133

POLÍTICA E RESULTADOS

1995 - 2002

Desenvolvimento
Profissional de
Professores I -
Uma Política de
Valorização do Magistério

Ministério da Educação

F
37.014"1995-2002"
B823pde

Brasília - DEZ /2002

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretária Executiva

Maria Helena Guimarães de Castro

Desenvolvimento de Professores I - Uma Política de Valorização do Magistério

	Apresentação	4
I.	Introdução.....	6
II.	Qualidade da Educação depende da Valorização do Professor	8
III.	Criando um Marco Legal.....,	10
IV.	Apoiando o Trabalho do Professor.....	12
V.	Dois Instrumentos Fundamentais: o Censo Escolar e o Fundef	14
VI.	Melhor Qualificação, Melhor Distribuição, Melhores Salários.....	15
VII.	Aparecem os Resultados.....	17
VIII.	Uma Cultura de Informação e Avaliação	19
IX.	Tabelas Anexas.....	20

Toda a produção editorial do Ministério da Educação, nestes oito anos, teve como objetivo primordial oferecer suporte para a implementação das reformas e políticas definidas em relação aos vários níveis do ensino. O nosso desafio na implantação das políticas foi criar uma estratégia para atingir o conjunto do sistema, efetuar uma mudança de cultura e conseguir resultados qualitativos.

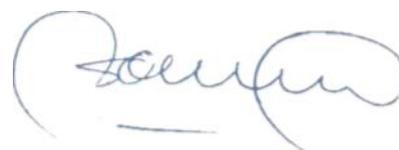
O Ministério da Educação procurou liderar as transformações do sistema de educação de nosso país. Evitamos assim a imposição de programas ou projetos definidos pelo Ministério, buscando sempre a persuasão para que fossem adotados pelos outros níveis de governo. Por todas essas razões era preciso que os programas e projetos estabelecidos tivessem alta qualidade técnica para que fossem aceitos.

Educação de qualidade para os alunos brasileiros passa necessariamente por professores valorizados e capacitados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação estabelecem metas claras e ambiciosas para a qualificação docente no nosso país.

Nos últimos oito anos avançamos muito. Inúmeros programas foram desenvolvidos para atingirmos as metas. E os números do Censo Escolar 2002 mostram que estamos próximos de alcançá-las.

Este documento trata especificamente disso: um balanço da formação dos nossos professores de 1995 aos dias de hoje. A um só tempo, deixar o registro do muito que foi feito e buscar a sustentabilidade de políticas e programas que, acreditamos, contribuem muito para a construção de uma educação de qualidade.

Na educação as coisas não acontecem da noite para o dia. O processo é lento, difícil. Por isso publicações dessa natureza são extremamente importantes para balizar políticas e debates públicos.



Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

I. Introdução

Em 1995, nosso grande desafio no Ministério da Educação era o de universalizar o acesso à educação básica para nossas crianças e jovens, garantindo a todos um ensino público de qualidade. A formação de recursos humanos competitivos não é apenas, e cada vez mais, uma exigência do desenvolvimento nacional. Além disso, a escolaridade é um dos fatores mais fortemente associados à renda e ao bem-estar individual e familiar, constituindo-se em justa reivindicação da população.

O grande desafio para dar qualidade à educação básica era garantir a formação e a qualificação dos professores.

Para responder aos grandes desafios do acesso e da qualidade, foi desenhada uma estratégia abrangente, que contemplou desde a redefinição constitucional dos recursos para a educação até o estabelecimento de parâmetros e referenciais curriculares para todas as etapas da educação básica. E um ponto central dessa estratégia foi a formulação e implementação da política nacional de formação e qualificação de professores.

Os problemas a serem enfrentados eram de duas ordens principais: de um lado, garantia a formação propriamente dita dos professores, assegurando a qualificação formal exigida para a tarefa de ensinar nos vários níveis de ensino; e, de outro, desenhar e implementar um programa nacional de requalificação dos professores em exercício.

A queda histórica dos salários dos professores

e a perda de status social da profissão ao longo das últimas cinco décadas estiveram associadas a uma deterioração apreciável nos cursos de formação de professores. Era preciso corrigir a qualidade deficiente de muitos desses cursos; garantir a ampliação das oportunidades de formação, para atender ao aumento da demanda por novos professores com formação adequada, e proporcionar oportunidade àqueles que, na qualidade de professores leigos, já vinham atuando nas redes de ensino!

O número e a proporção desses professores leigos era ainda muito importante nas redes de ensino, em 1995. Na pré-escola representavam 29% do total, somando 80 mil funções docentes; no ensino fundamental de 1^a a 4^a séries, representavam 23% do total, somando mais de 182 mil funções docentes. Em geral estes mestres atuavam nas áreas mais carentes do país, nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, especialmente nas escolas rurais pertencentes às redes municipais.

Mas para melhorar a qualidade dos professores não bastava garantir que todos tivessem a formação adequada nem tampouco mudar os conteúdos dos cursos para a formação dos novos professores; era preciso desenvolver programas para a atualização e capacitação para os mais de um milhão e meio de professores já formados e em exercício no ensino básico.

Atualizar e capacitar milhões de professores em exercício é um enorme desafio de política pública.

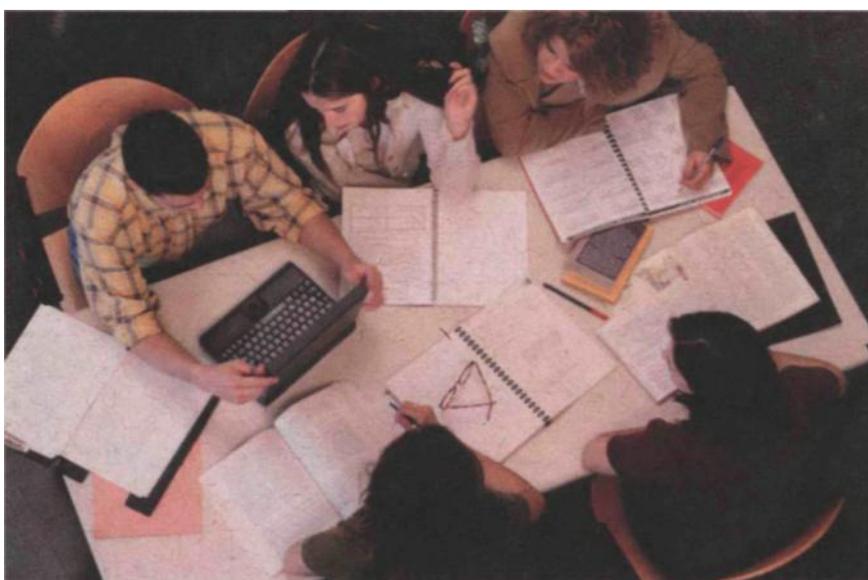
Os milhões de professores que já possuíam a certificação formal para o exercício

profissional e já pertenciam aos quadros do magistério nas várias redes de ensino apresentavam também lacunas importantes nos conteúdos e nas práticas educacionais. Além de preencher essas lacunas, era preciso envolver os mestres com os novos conceitos e orientações emanados dos parâmetros curriculares que começaram a ser definidos em 1995, para que a implementação da reforma educacional visando à melhoria da qualidade tivesse êxito.

Todos os professores da educação básica pertencem aos quadros funcionais de estados e municípios. Graças ao caráter descentralizado da estrutura educacional de nosso país, cada um dos 27 estados e dos 5.561 municípios possui sua própria carreira, com sua estrutura salarial e seu sistema próprio de incentivos para qualificação e aperfeiçoamento. Como em todas as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Educação nestes últimos sete anos, procurou-se evitar a centralização das ações: estava fora de nossas

cogitações pensar que ações federais resolveriam, por si sós, o problema da formação, dos incentivos ou do salário dos professores.

A política de formação de professores durante o Governo do Presidente Fernando Henrique contemplou todos os aspectos requeridos por uma verdadeira política pública: houve a formulação de objetivos e metas, o desenho dos instrumentos, a aprovação de medidas legislativas, a garantia do financiamento das ações, a coordenação da sua execução e a avaliação dos resultados. O magistério brasileiro demonstrou igualmente, mais uma vez, um alto sentido de sua missão e uma notável capacidade de resposta às oportunidades e às necessidades desta nova época. As mudanças que o país foi capaz de realizar na qualificação de seus professores haverão de produzir resultados muito palpáveis na qualidade da educação de nossas crianças e jovens ao longo dos próximos anos.



II. Qualidade da Educação depende da Valorização do Professor

Em 2002, o acesso ao ensino fundamental é universalizado no Brasil: está é a mais importante realização deste Governo na área social, e representa um marco histórico no caminho da nossa sociedade rumo ao desenvolvimento com equidade e democracia. Agora, vencido esse primeiro desafio, o item principal da agenda da Educação passa a ser a qualidade e a equidade na oferta de oportunidades de aprendizagem.

Os dados sobre atendimento escolar nos últimos sete anos mostram a arrancada do País para colocar todas as suas crianças na escola. O atendimento das crianças de 7 a 14 anos saltou de 89%, em 1991, para 97% em 1999 e deve chegar perto de 100% em 2002.

Graças à articulação dos esforços do Ministério com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, hoje temos mais igualdade, e portanto mais cidadania.

O ensino fundamental está realizando, efetivamente, o objetivo da política social: acesso a todos os brasileiros, sem distinção. Em 1992, na faixa dos 7 a 14 anos de idade, 97% das crianças mais ricas estavam na escola. Mas das crianças mais pobres somente 75% estudavam - ou, de cada quatro crianças pobres, uma estava fora da escola. Em 1999,

93% das crianças mais pobres frequentavam a escola, contra 99% das mais ricas. Hoje temos mais igualdade de oportunidades para as crianças e para os jovens brasileiros. Portanto, temos mais cidadania.

O desafio é conjugar quantidade e qualidade.

Mas não basta garantir vagas nas escolas para todas as crianças, é preciso que as atividades aí realizadas levem os alunos a desenvolver as competências básicas para o desenvolvimento do indivíduo e para o pleno exercício da cidadania. Em outras palavras, é preciso conjugar quantidade e qualidade de modo a superar ou pelo menos reduzir as distâncias que separam o Brasil das nações mais ricas e, sobretudo, integrar todos os grupos sociais ao processo de construção da democracia e de desenvolvimento nacional.

A qualidade do ensino oferecido às novas gerações depende em grande medida do desempenho dos professores em sala de aula. Segundo o Plano Nacional de Educação:

"A melhoria da qualidade do ensino, que é um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação, somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério. Sem esta, ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades do ensino. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, a qual implica, simultaneamente: a formação profissional inicial; as condições de trabalho, salário e carreira; a formação continuada."

A população percebe: professor melhor qualificado é educação de melhor qualidade.

É interessante observar que a população brasileira tem uma clara percepção da evolução positiva da qualificação dos professores e associa este fator à melhoria da qualidade na educação. Pesquisa de opinião pública realizada pelo IBOPE em junho de 2002, patrocinada pela CNI, mostrou que 53% da população brasileira avaliavam que a educação havia melhorado durante o governo do Presidente Fernando Henrique, sendo a área de melhor desempenho da administração. Pesquisa realizada pelo mesmo Instituto em agosto de 2001, sob encomenda do Ministério da

As avaliações confirmam: alta correlação entre a formação do professor e o desempenho dos alunos.

Educação, mostrou resultado semelhante, revelando ainda que 51% dos entrevistados declararam que, na sua percepção, a qualificação dos professores havia melhorado nesse período.

As avaliações educacionais realizadas pelo Ministério da Educação nos últimos anos, especialmente por meio do SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica - apontam invariavelmente a alta correlação entre a formação do professor e o desempenho dos seus alunos, medido pelos níveis alcançados nos testes de proficiência.



III. Criando um Marco Legal

1. Um Marco Legal para a Qualidade: Uma etapa crucial no desenvolvimento dos profissionais da área da Educação foi a construção de um arcabouço legal que veio responder às reivindicações de setores expressivos da comunidade educacional e às novas exigências decorrentes da reforma da Educação Básica. Nesse sentido, merecem destaque:

- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9.394/96, a LDB;
- a Emenda Constitucional nº 14, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF;
- a Resolução CNE-CP nº 1/99, que trata da criação dos Institutos Superiores de Educação; e, sintetizando uma série de novos instrumentos de legislação para essa área;
- as Resoluções CNE-CP nºs 1/2002 e 2/2002, que tratam, respectivamente, das novas diretrizes curriculares para a formação de professores e da duração e carga horária desses cursos.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - a LDB - sancionada em dezembro de 1996, e a Emenda Constitucional que criou o FUNDEF, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, além de serem extremamente abrangentes em seus impactos sobre a educação de nosso país, tinham

objetivos ambiciosos no tocante à formação e aperfeiçoamento dos professores.

A LDB tratou, especificamente, de dois temas importantes: a admissão de professores apenas por concurso nas redes públicas de ensino e a qualificação mínima a ser exigida dos professores para lecionar em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil. A Lei fixou prazos para que todos os professores passassem a ter formação de nível superior, como também definiu critérios e normas para os cursos de formação de professores.

Segundo essa nova legislação:

- as licenciaturas são cursos próprios, e não meros apêndices dos bacharelados, refletindo uma concepção do magistério como profissão que " demanda formação em cursos específicos;
- a licenciatura tem a duração mínima de 2.800 horas, das quais 800 horas são destinadas à prática pedagógica;
- a formação de docentes para atuar na educação básica deve ser feita em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação;
- a única exceção, hoje, para o exercício de magistério na educação básica refere-se à formação em nível médio, na modalidade Normal, formação mínima para atuar na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental;
- a partir de 2007, a formação em nível superior para o magistério na educação

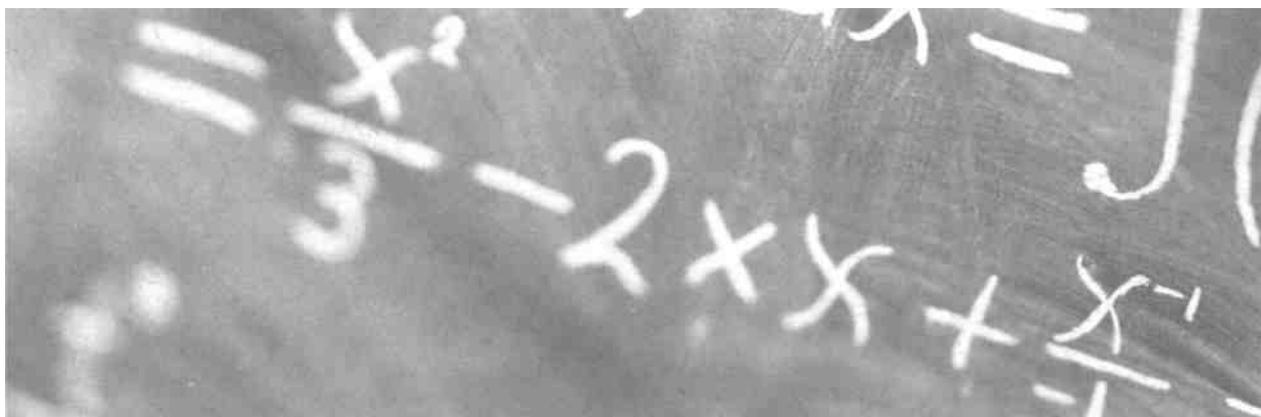
infantil e nos anos iniciais aparece, no Art. 87 da LDB, como exigência para todos os professores que ingressarem no magistério.

O FUNDEF, por outro lado, redistribuiu os recursos da educação entre estados e municípios em razão do número de alunos, garantiu complementação da união para os estados mais pobres e vinculou 60% dos seus recursos ao pagamento dos salários dos professores em efetivo exercício. Além disso, permitiu que, durante os primeiros cinco anos, parte destes recursos pudesse ser usada na formação de professores leigos.

O efeito dessas medidas sobre a estrutura de formação dos professores foi rápido e espetacular:

- redução de mais de 262 mil para 70 mil, em sete anos, do número total de funções docentes sem qualificação na educação infantil e no ensino fundamental de 1^a a 4^a séries, passando a representar menos de 7% do total;
- elevação rápida dos salários, a definição de planos de carreira atraentes e a realização de concursos públicos para a contratação de professores, graças ao aumento dramático de recursos à disposição dos municípios, especialmente os mais pobres;

- significativo processo de substituição de professores leigos por professores formados, especialmente nos sistemas de ensino municipais da região Nordeste;
- multiplicação dos cursos de formação para professores leigos, ministrados por instituições de ensino superior contratadas para tal efeito, e financiadas pelos municípios, que puderam usar parte dos recursos do FUNDEF para esse fim;
- formação de mais de 27 mil professores nos últimos três anos, especialmente nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no curso de formação de professores de nível médio - o PROFORMAÇÃO - desenvolvido pelo Ministério da Educação, e colocado à disposição de estados e municípios para ser oferecido a seus professores leigos em exercício;
- expressiva expansão do número de funções docentes no ensino de 5^a a 8^a séries do ensino fundamental e no ensino médio-34% e 40% respectivamente - seguindo o crescimento do número de alunos, com melhoria significativa da qualificação desses mestres;
- crescimento de 72% para 75%, nas séries de 5^a a 8^a do ensino fundamental, e de 82% para 90%, no ensino médio, da proporção dos docentes com formação de nível superior.



IV. Apoiando o Trabalho do Professor

As novas diretrizes para a formação de professores significam mais que um jeito novo de fazer essa formação: exigem uma mudança de mentalidade que tem como eixo a profissionalização dos professores, que devem ser formados como consumidores e produtores de conhecimentos, para que possam usufruir da autonomia intelectual e pedagógica conferida a esta profissão.

Uma mudança de mentalidade, com eixo na profissionalização dos professores.

A reformulação dos cursos de formação inicial de professores vem sendo acompanhada pelo Ministério da Educação, num processo de avaliação e supervisão das Instituições de Ensino Superior. Esse trabalho, assessorado por um Comitê constituído por especialistas das universidades, permite promover a articulação entre a especificidade de formar professores e as especificidades das diferentes áreas do conhecimento.

Formar professores em diferentes áreas do conhecimento requer uma difícil articulação de especificidades.

A partir de 1995 foram definidos os Parâmetros ou Referenciais Curriculares para todos os níveis da educação básica, incluindo as modalidades de educação indígena e a de jovens e adultos. Um exemplar de cada

conjunto dos Parâmetros ou Referenciais foi entregue a cada professor, para ajudá-lo e orientá-lo em seu trabalho em sala de aula. Foi constatado que isto não era suficiente. Era preciso desenvolver um amplo programa de discussão e debate com os professores, sobre o conteúdo desses documentos, para facilitar sua compreensão e garantir sua efetiva utilização no dia-a-dia do professor. No ensino fundamental, foi desenvolvido um sistema de trabalho em rede a partir de municípios pólo, que voluntariamente assumiram a coordenação regional do programa PARÂMETROS EM AÇÃO. O trabalho iniciado em 1999 abrange hoje 300 municípios pólo, 2.886 municípios participantes, cerca de 27 mil coordenadores e já envolveu até o presente mais de 400 mil professores.

Parâmetros Curriculares em Ação: orientação para o trabalho do professor.

Em março de 1996 entrou no ar a TV Escola, que desde então vem transmitindo programação diária de três horas, repetida quatro vezes durante o dia, dirigida aos professores para a sua atualização, e para oferecer-lhes material de ilustração de suas aulas. Mais de 57 mil escolas foram equipadas e participam do programa. Avaliações independentes mostram que uma proporção crescente, a cada ano, de escolas e professores vem se utilizando da TV Escola para fins didáticos. Atualmente esta proporção já ultrapassa os 90% do total de escolas com mais de 100 alunos.

A, TV Escola: Atualização e material para os professores em exercício.

Ao longo deste processo, percebemos a necessidade de uma atenção especial ao treinamento e formação de professores alfabetizadores. Desenvolvemos uma metodologia especial e um programa para sua difusão - o PROFA. Iniciado no ano 2001, o PROFA já capacitou cerca de 76 mil professores na arte de alfabetizar, além de oferecer uma metodologia de qualidade para as escolas de formação de professores.

O PROFA: Atenção especial aos professores alfabetizadores.

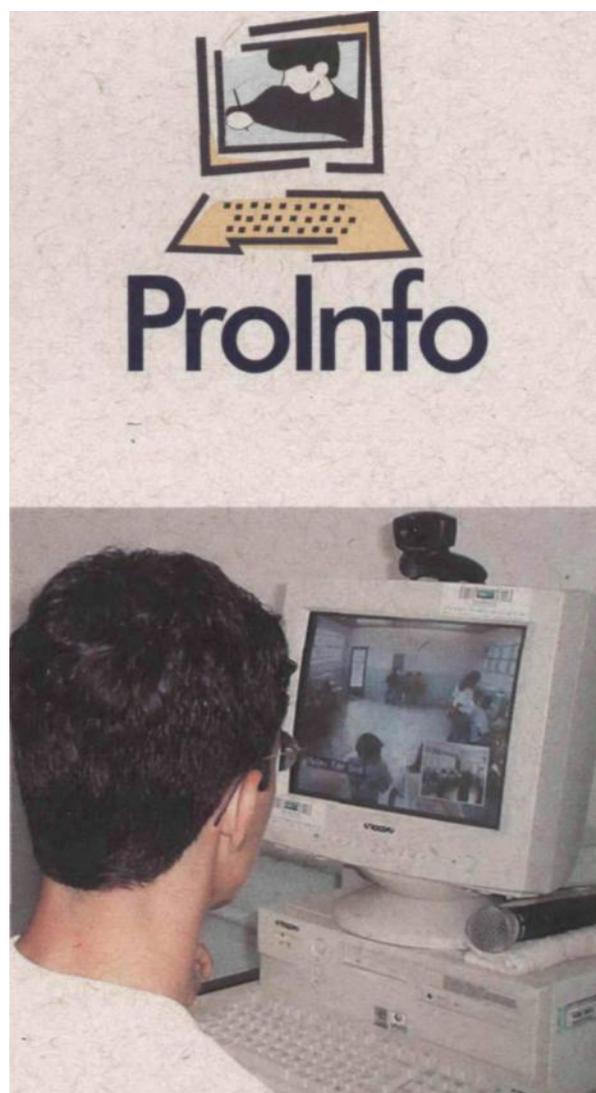
Além desses programas de caráter universal, o Ministério da Educação desenvolveu algumas iniciativas mais focalizadas e que envolveram esforços importantes de capacitação de professores. No âmbito dos programas financiados por entidades internacionais - BID e Banco Mundial -iniciativas como o Escola Ativa, voltada para a educação rural, ou o projeto Escola Jovem, dirigido à implantação da reforma do ensino médio, contemplaram recursos significativos para o treinamento e envolveram milhares de professores. A política de inclusão dos portadores de necessidades especiais nas instituições regulares de ensino, coordenada pela Secretaria de Educação Especial, também levou ao desenvolvimento de amplo programa de capacitação dos professores.

Programas especiais para os professores do ensino rural, especial e médio.

A introdução de novas tecnologias na educação implicou esforço muito importante na capacitação de professores. O PROINFO, antes de colocar qualquer computador em

escolas; criou uma rede nacional de centros visando a capacitação de professores para o uso do computador como instrumento do processo de ensino e aprendizagem. Os Núcleos de Tecnologia Educacional - NTEs, como são conhecidos os centros, já somam 259 em todo o país, nos quais já foram capacitados mais de 100 mil professores nos últimos quatro anos.

O PROINFO: Capacitação para o uso pedagógico do computador.



V. Dois Instrumentos Fundamentais: o Censo Escolar e o Fundef

Em seu esforço para elevar o nível de escolaridade dos professores da escola pública brasileira, o governo federal desenvolveu e implementou dois instrumentos fundamentais: o Censo Escolar e o Fundef.

A agilização na coleta e divulgação dos resultados do Censo Escolar, a partir de 1996, tornou possível conhecer com precisão o número de alunos do ensino fundamental público e saber onde estavam matriculados. Os dados consolidados do censo do ano anterior têm servido de base para definir coeficientes de distribuição dos recursos destinados à educação para cada estado e seus municípios.

O Fundef, criado pela Emenda Constitucional nº 14, veio assegurar a vinculação efetiva dos recursos da educação ao ensino fundamental, com uma distribuição mais justa, baseada no número de alunos, e valorizar o magistério, possibilitando a capacitação e a melhoria na remuneração dos professores. Desde sua implantação, o Fundef vem promovendo mudanças nas condições de oferta do ensino fundamental no Brasil.

Reconhecendo que motivação, qualificação e remuneração dos professores são elementos

importantes para uma expansão com qualidade, determinou-se que, no mínimo, 60% dos recursos para o ensino fundamental devem ser destinados exclusivamente aos profissionais do magistério em efetivo exercício.

O FUNDEF incentivou e financiou a capacitação dos professores leigos.

Assim, a Lei nº 9.424, de 1996, que instituiu o FUNDEF, estipulou um prazo de cinco anos para que os professores leigos obtivessem a habilitação necessária ao exercício das atividades docentes e incentivou a aplicação, até 2001, de recursos do Fundo para a capacitação dos professores "leigos", isto é, sem a formação adequada para atuar nos níveis de ensino apropriados.

Em decorrência dessa medida, em 2000, 73% das redes de ensino desenvolviam atividades voltadas à capacitação. Cerca de 85% do total das redes registraram redução da presença de profissionais sem habilitação nos seus quadros. Assim, uma das prioridades vinculadas à criação do Fundef, que foi a extinção da categoria de professores leigos, com a consequente melhoria na qualificação do corpo docente, está sendo rapidamente atingida em todo o País.



VI. Melhor Qualificação, Melhor Distribuição, Melhores Salários

Um dos reflexos diretos da redistribuição dos recursos do FUNDEF, que beneficiou intensamente os municípios —justamente os que dispunham de menores possibilidades para arcar com essas elevações, antes da criação desse Fundo - foi o aumento da remuneração dos professores municipais.

Os professores municipais tiveram os maiores aumentos de salário.

Analisando-se comparativamente a evolução da remuneração dos docentes pertencentes às redes estaduais e municipais, verificou-se que, no período, houve aumento médio de 33,3% nas redes municipais e de 25,2% nas estaduais.

Estudo recente, realizado pela FIPE/USP, analisou os dados de uma pesquisa amostral, em 300 redes públicas de ensino fundamental, compreendendo a totalidade das redes estaduais e do Distrito Federal e as redes municipais pertencentes às 26 capitais e mais 273 municípios.

Uma das conclusões do estudo foi que:

"Os reajustes foram maiores nas redes municipais em todas as regiões, o que é ainda mais significativo, levando-se em conta que

foi nessas redes que aumentou substancialmente o número de docentes. Entretanto, mesmo as redes estaduais reajustaram seus salários em níveis superiores ao da inflação no período. Os maiores índices foram concedidos aos profissionais dos municípios e regiões mais pobres, com o que reduziu-se a distância entre seus vencimentos e a média das demais regiões. No Norte e no Nordeste, em que pese transferirem recursos aos municípios, os Estados concederam aumentos médios em suas redes bem maiores do que os estabelecidos no Sul, Sudeste e Centro-Oeste."

Segundo o trabalho, a remuneração média dos professores das redes públicas aumentou 29,5%, entre dezembro de 1997 e junho de 2000. As duas categorias funcionais mais representativas - os profissionais com formação em Nível Médio na modalidade Normal e os portadores de Curso Superior com Licenciatura Plena - obtiveram, nesse período, elevações salariais de 23% e 27%, respectivamente. A remuneração média nacional dos professores com Nível Médio Completo na modalidade Normal que, em dezembro de 1997, era de R\$ 578,00 para a jornada de 40 horas, passou a R\$ 710,00 em junho de 2000. Já os docentes de formação Superior com Licenciatura Plena passaram de R\$ 880,00 para R\$ 1.141,00, no mesmo período e para idêntica jornada.

A remuneração média dos professores das redes públicas aumentou 29,5%, entre dezembro de 1997 e junho de 2000.

O maior percentual de aumento da remuneração ocorreu no Nordeste, onde a

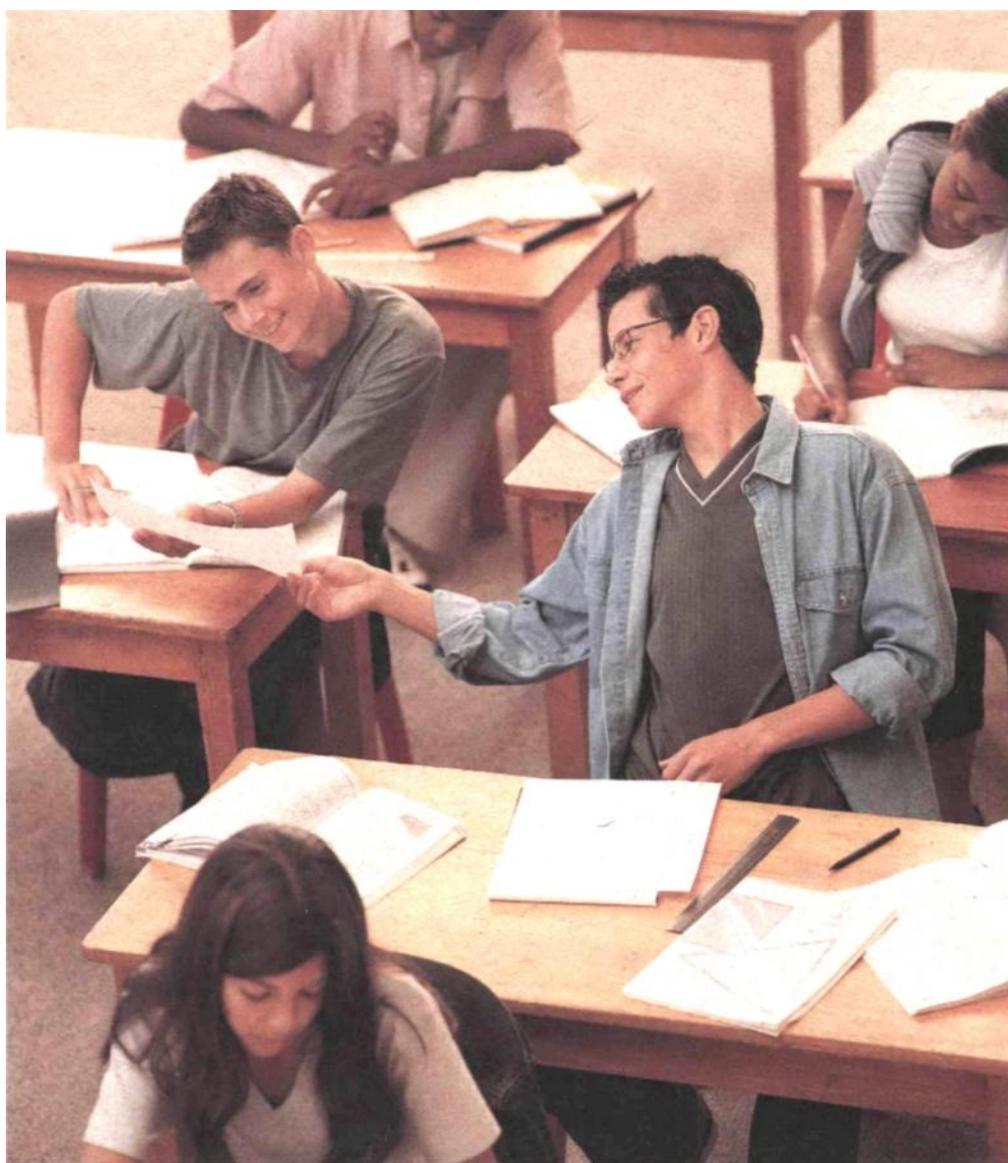
elevação média foi de 70%. Desta forma, a remuneração média total na região, que correspondia a 49% da média nacional em 1997, ascendera a 61% em 2000.

Para que o Fundef funcionasse adequadamente, impunha-se criar mecanismos que incentivassem o controle

social da aplicação dos recursos. O Governo Federal, aliado aos órgãos de fiscalização e justiça e especialmente à sociedade, tem agido no sentido de coibir o desvirtuamento das finalidades do Fundo e assegurar que seus objetivos sejam alcançados e os recursos efetivamente aplicados em remuneração e desenvolvimento profissional.

O aumento maior foi no Nordeste: quase 60%.

A sociedade está fiscalizando o FUNDEF.



VII. Aparecem os Resultados

Chama a atenção a redução de funções ocupadas pelos leigos, no Ensino Fundamental, em 2002, exatamente nas regiões mais pobres, onde essa proporção ainda era importante em 1995. Segundo os dados preliminares do Censo Escolar 2002, na região Norte, passou-se de 33,5% para 7,1%; no Nordeste, de 26,5% para 7,6% e, no Centro-Oeste, de 19,3% para 7,6%.

Em duas regiões - Norte e Nordeste - essas funções passaram a ser desempenhadas, na maioria, por ocupantes com ensino médio completo. Nas demais regiões, observa-se que o aumento ocorreu na proporção de ocupantes com superior completo.

Total de Funções Docentes

Entre 1995 e 2002, observa-se uma ligeira redução no total de funções docentes em exercício nas séries iniciais do ensino fundamental. Como o número de funções docentes é determinado pela matrícula -quanto mais alunos, mais professores - esse dado reflete as políticas de correção do fluxo escolar implementadas no período, que levaram a um enxugamento na matrícula dessas séries, historicamente inchadas pela reprovação e repetência de grandes contingentes de alunos.

Diminuiu o número de professores e de alunos nas séries iniciais, entre 1995 e 2001, graças à correção do fluxo escolar e aumentou nas séries finais.

Por esse mesmo motivo, houve um considerável crescimento no total de funções docentes nas últimas séries desse nível de ensino.

Nas regiões mais pobres, contudo, as políticas de correção do fluxo escolar ainda não levaram a uma redução no total de funções docentes, embora o Censo Escolar acuse uma redução no ritmo de crescimento das matrículas nas séries iniciais nessas áreas. Apenas no Sul e no Sudeste, observa-se a diminuição do número de funções docentes em exercício nas séries iniciais. No Norte, Nordeste e Centro-Oeste, houve ainda um pequeno aumento nesse total.

Formação dos Ocupantes

Com relação à qualificação dos ocupantes das funções docentes, isto é, os professores, as séries iniciais experimentaram uma vigorosa alteração na proporção de docentes com superior completo, que passaram de 18,8% para 30,2%. Em 2002, encontramos mais 92 mil funções, com essa qualificação, que em 1995. Mais importante, esse crescimento ocorreu justamente sobre as funções que em 1995 eram exercidas sem ensino médio completo - a proporção de funções com fundamental incompleto está desaparecendo (passou de 8% para 1,4%) e a daquelas com fundamental completo caiu de 7,7% para 1,4%.

A qualificação dos professores das séries iniciais aumentou sensivelmente.

Nas últimas séries, confirmam-se as mesmas tendências, com o aumento da representação de ocupantes com superior completo (de

71,8% para 75,1%) e o desaparecimento de funções sem ensino médio completo (de 1% para 0,3%).

Nas últimas séries, três em cada quatro professores hoje têm curso superior completo.

Ainda nas séries de 5^a a 8^a do Ensino Fundamental, houve um grande avanço em todas as regiões, tanto pelo crescimento do total de funções como pela proporção de ocupantes com superior completo.

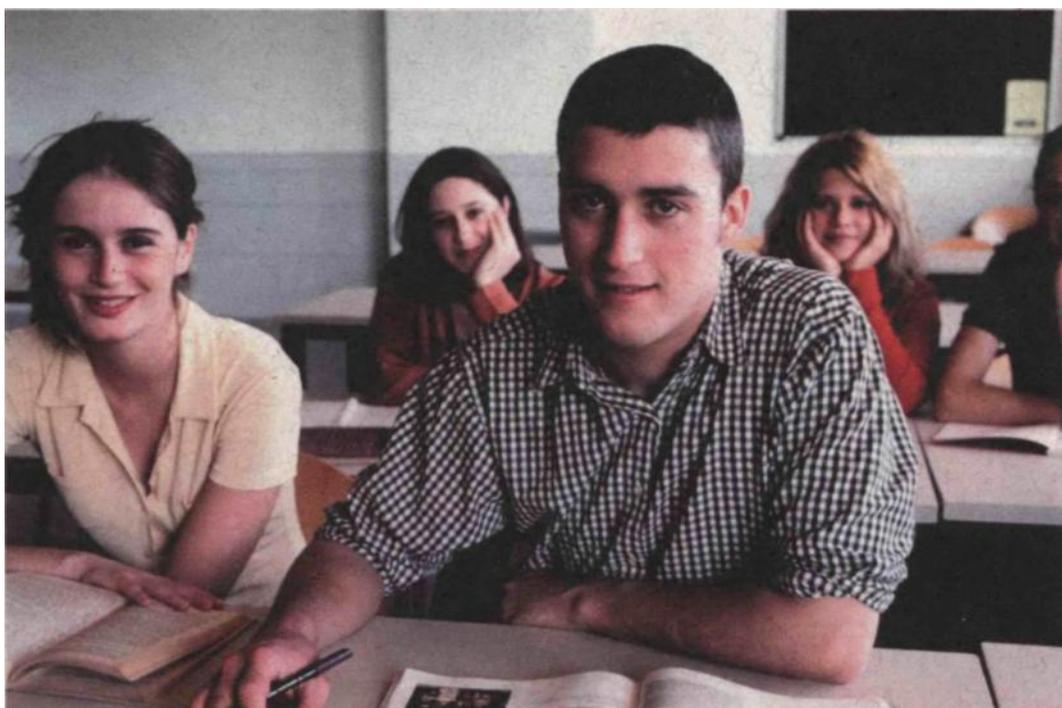
Foi sensível, em todas as regiões, o impacto das políticas de qualificação de docentes, implementadas mediante diversas ações coordenadas pelo Ministério da Educação em parceria com os órgãos responsáveis por este nível de ensino.

Reduziu-se a desigualdade regional.

No período de 1995 a 2002, a proporção de funções exercidas com superior completo passou:

- de 40,5% para 47,4% na região Norte,
- de 49,9% para 55,3% na região Nordeste,
- de 62,6% para 68,9% na região Centro-Oeste,
- de 86,0% para 89,6% na região Sudeste,
- de 79,0% para 86,3% na região Sul.

Embora algumas regiões ainda estejam longe da situação desejada, o período assinala uma redução na desigualdade regional no que tange à qualificação do corpo docente deste nível de ensino.



VIII. Uma Cultura de Informação e Avaliação

Além do aperfeiçoamento das ferramentas legais e do suporte financeiro suplementar, o Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP-, desenvolveu e implementou novos instrumentos de informação e avaliação, como novas metodologias para o **Censo Escolar** e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o **SAEB**; o Exame Nacional do

Ensino Médio, **ENEM** e o Sistema de Avaliação do Ensino Superior, que conta com o **Provão**.

Tão importante quanto o fortalecimento de uma cultura de informação e avaliação nas agências federais, estaduais e municipais, parceiras do Ministério da Educação neste processo, foi o impacto dessas ações para o planejamento de programas de desenvolvimento de professores.

A disseminação em larga escala dos resultados das avaliações do INEP tem oferecido inestimável subsídio a esses programas, no sentido de estabelecer prioridades e dimensionar as dificuldades ainda a enfrentar.



IX. Tabelas Anexas

As tabelas a seguir apresentam dados para as séries iniciais e finais do fundamental, comparando a situação em 1995 e 2002.

A Tabela 1 mostra o total de funções docentes em

exercício nas séries iniciais (1a. a 4a.) e nas séries finais (5a. a 8a.) do Ensino Fundamental, conforme o nível de formação do ocupante da função, em 1995 e em 2002. Para cada nível de formação são apresentados os respectivos totais, em números absolutos, e a porcentagem (%). Os dados do Censo Escolar de 2002 referem-se à divulgação preliminar do mês de agosto.

Tabela 1 - Brasil: Funções Docentes no Ensino Fundamental

Formação dos Ocupantes					
	Total 100%	Fundamental		Médio Completo	Superior Completo
		Incompleto	Completo		
Em 1995					
1ª a 4ª	811.052	64.830 8%	62.370 8%	531.265 66%	152.587 19%
5ª a 8ª	598.436	379 0,1%	5.269 1,4%	162.959 27%	429.829 72%
1ª a 8ª	1.409.488	65.209 5%	67.639 5%	694.224 49%	582.416 41%
Em 2002					
1ª a 4ª	808.920	11.715 1%	11.387 1,4%	541.065 68%	244.753 30%
5ª a 8ª	800.583	2.520 0,3%	196.551 25%	601.512 75%
1ª a 8ª	1.609.503	25.622 2%	737.616 46%	846.265 53%

FORNTE; Ministério da Educação/INEP - dados de 2002 preliminares.

Tabela 2 - Brasil e Regiões: Funções Docentes (1ª a 4ª séries)

Formação dos Ocupantes										
		Total 100%	Fundamental				Médio Completo	Superior Completo		
			Incompleto	Completo	Incompleto	Completo				
Brasil	1995	811.052	64.830	8%	62.370	8%	531.265	66%	152.587	19%
	2002	808.920	11.715	1,4%	11.387	1,4%	541.065	67%	244.753	30%
Norte	1995	71.334	11.313	16%	13.465	19%	44.564	62%	1.992	3%
	2002	76.615	2.394	3%	1.899	2%	67.233	88%	5.089	7%
Nordeste	1995	279.323	45.104	16%	33.560	12%	181.073	65%	19.586	7%
	2002	278.430	7.698	3%	6.639	2%	222.566	80%	41.527	15%
Sudeste	1995	284.398	3.661	1%	4.987	2%	195.949	69%	79.801	28%
	2002	284.262	599	0,2%	1.624	1%	159.123	56%	122.916	43%
Sul	1995	122.415	2.372	2%	6.286	5%	75.745	62%	38.012	31%
	2002	112.805	438	0,4%	842	1%	60.477	54%	51.048	45%
C-Oeste	1995	53.582	2.380	4%	4.072	8%	33.934	63%	13.196	25%
	2002	56.808	586	1%	383	1%	31.666	56%	24.173	43%

Fonte: Ministério da Educação/INEP - dados de 2002 preliminares.

Tabela 3 - Brasil e Regiões: Funções Docentes (5ª a 8ª séries)

Formação dos Ocupantes

		Total 100%	Fundamental				Médio Completo	Superior Completo		
			Incompleto	Completo						
Brasil	1995	598.436	379	0,1%	5.269	1%	162.959	27%	429.829	72%
	2002	800.583	398	0,0%	2.122	0,3%	196.551	25%	601.512	75%
Norte	1995	35.172	52	0,1%	757	2%	20.113	57%	14.250	41%
	2002	52.805	42	0,1%	286	1%	27.457	52%	25.020	47%
Nordeste	1995	138.535	92	0,1%	1.728	1%	67.518	49%	69.197	50%
	2002	221.958	152	0,1%	726	0,3%	98.343	44%	122.737	55%
Sudeste	1995	265.285	84	0,0%	871	0,3%	36.181	14%	228.149	86%
	2002	331.922	52	0,0%	436	0,1%	33.976	10%	297.458	90%
Sul	1995	112.311	134	0,1%	1.250	1%	22.205	20%	88.722	79%
	2002	130.484	102	0,1%	476	0,4%	17.287	13%	112.619	86%
C-Oeste	1995	47.133	17	0,0%	663	1%	16.942	36%	29.511	63%
	2002	63.414	50	0,1%	198	0,3%	19.488	31%	43.678	69%

Fonte: Ministério da Educação/INEP - dados de 2002 preliminares.

Tabela 4 - Brasil e Regiões: Remuneração Média dos Professores do Ensino Fundamental com Licenciatura

Região	Rede	1997	2000	Taxa de Crescimento
Brasil	Municipal	750	1.002	34%
	Estadual	924	1.186	28%
	Total	880	1.141	30%
Norte	Municipal	1.079	1.299	20%
	Estadual	965	1.266	31%
	Total	1.005	1.278	27%
Nordeste	Municipal	821	985	20%
	Estadual	780	968	24%
	Total	778	973	25%
Sudeste	Municipal	626	824	32%
	Estadual	522	722	38%
	Total	560	763	36%
Sul	Municipal	1.268	1.531	21%
	Estadual	1.125	1.554	38%
	Total	1.165	1.545	33%
Centro-Oeste	Municipal	955	1.168	22%
	Estadual	811	954	18%
	Total	855	1.030	20%

FONTES: Pesquisa FIPE/Ministério da Educação

Expediente

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretária Executiva

Maria Helena Guimarães de Castro

Secretaria de Educação Fundamental

Iara Gloria Areias Prado

Secretaria de Educação Média e Tecnológica

Raul David do Valle Junior

Secretaria de Educação Especial

Marilene, Ribeiro dos Santos

Secretaria de Educação a Distância

Pedro Paulo Poppovic

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Mônica Messenberg

Diretor do FUNDEF

Ulysses Semeghini

Coordenação do Projeto

Sérgio Tiezzi

Pesquisa

William Lonzar

Consultora

Lia Rosenberg

Ministério da Educação

Esplanada dos

Ministérios Bloco

"L" 70047-900 -

Brasília - DF -

Brasil

<http://www.mec.gov.br>

<http://www.mec.gov.br>

[ov.br](http://www.mec.gov.br)

Supervisão

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação

J W Thompson Publicidade Ltda.

Projeto Gráfico

Laerte Agnelli

Editoração

Companhia do Traço

Fotolito

Litokromia

Impressão e acabamento

Kriativa

Produzido em papel Reciclado da Cia. Suzano - Papel offset 100% reciclado produzido em escala industrial

no Brasil, feito a partir de aparas pré e pós-consumo

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)